DANIELA DE PAULA ROCHA

ALGODÃO

Amenizando o peso

Governo cria o Programa de Apoio à Comercialização Brasileira, com uma linha de crédito em torno de R$400 milhões, para amenizar a pressão na pauta das importações brasileiras.

Em safras anteriores, como nas de 1995/96 e 1996/97, mais da metade do algodão em pluma consumido no país foi importada. Para amenizar a pressão do produto na pauta das importações brasileiras, o governo adotou medidas para estimular a produção interna.

O fomento à cultura do algodão ficou visível no plano de safra 1997/98, anunciado em 25 de junho do ano passado, quando o cultivo obteve o maior limite de crédito de custeio, em torno de R$300 mil por produtor, principalmente por esta cultura apresentar um custo de produção elevado. Verificou-se também a redução da taxa de juros dos empréstimos de custeio, de 12% para 9,5%. Outro fator favorável foi a política de preços mínimos: o preço do algodão em caroço foi para R$7/@ e o do algodão em pluma, para R$24,50/@.

Para reforçar essas medidas, o BNDES criou o Programa de Apoio à Comercialização Brasileira que objetiva o estabelecimento de uma linha de crédito (em torno de R$400 milhões), para financiar a comercialização do algodão brasileiro em 1998, vigorando até 31 de dezembro próximo. O programa é destinado às empresas do setor têxtil que consomem a fibra. A linha de crédito tem um prazo de 10 meses e o pagamento será feito de uma só vez, no final do período. A taxa de juros considerada é a TJLP, além de um *spread* básico de 5% ao ano e uma taxa de risco a ser negociada pela instituição financeira responsável pelo empréstimo.

Boa repercussão

Essas medidas repercutiram favoravelmente na safra 1997/98 em termos de área envolvida com a cultura, com destaque para o Centro-Oeste que, segundo dados da Conab, ampliou sua área plantada de 164,7 mil hectares para 342,8 mil.

Goiás foi o estado que apresentou maior crescimento. Grande parte de suas lavouras no entanto foi atacada por pragas e doenças, além de experimentarem problemas climáticos (produtores do Paraná, São Pau-

1. Brasil: balanço de oferta e demanda de algodão

Algodão em pluma (mil t)

Safras	*Estoque inicial*	*Produção*	*Importação*	*Consumo*	*Exportação*	*Estoque final*
1995-96	134	410	468	826	2	184
1996-97	184	306	471	791	0	170
1997-98	170	414	400	730	50	204

Fonte: Conab.

2. Area, produção e produtividade

Safras 1996-97 e 1997-98

Regiões e estados	*Área em mil hectares*			*Algodão em pluma*		*Produção (em mil t)*		*Caroço de algodão*		*Produtividade*		
	1996/97	*1997/98*	*Var. (%)*	*1996/97*	*1997/98*	*Var. (%)*	*1996/97*	*1997/98*	*Var. (%)*	*1996/97*	*1997/98*	*Var. (%)*
Total Norte	7,3	4,9	-32,9	2,7	1,9	-29,6	5,0	3,6	-28,0	1.057	1.108	4,8
Bahia	148,3	111,2	-25,0	28,5	13,2	-53,7	53,0	24,6	-53,6	550	340	-38,2
Total Nordeste	294,2	215,1	-26,9	56,4	23,7	-58,0	104,9	44,3	-57,8	548	315	-42,5
Paraná	59,2	116,6	97,0	40,4	64,5	59,7	75,0	119,7	59,6	1.950	1.580	-19,0
Total Sul	59,2	116,6	97,0	40,4	64,5	59,7	75,0	119,7	59,6	1.950	1.580	-19,0
Minas Gerais	53,6	78,8	47,0	28,1	41,1	46,3	52,3	76,3	45,9	1.500	1.490	-0,7
São Paulo	78,5	121,7	55,0	54,4	66,9	23,0	101,0	124,2	23,0	1.980	1.570	-20,7
Total Sudeste	132,1	200,5	51,8	82,5	108,0	30,9	153,3	200,5	30,8	1.784	1.539	-13,7
Mato Grosso	55,2	113,2	105,0	34,8	97,1	179,0	64,6	180,3	179,1	1.800	2.450	36,1
Mato Grossso do Sul	25,5	49,0	92,0	19,6	32,6	66,3	36,5	60,5	65,8	2.200	1.900	-13,6
Goiás	84,0	180,6	115,0	69,4	86,6	24,8	128,9	160,8	24,7	2.360	1.370	-41,9
Total Centro-Oeste	164,7	342,8	108,1	123,8	216,3	74,7	230,0	401,6	74,6	2.148	1.803	-16,1
Norte-Nordeste	301,5	220,0	-27,0	59,1	25,6	-56,7	109,9	47,9	-56,4	560	332	-40,7
Centro-Sul	356,0	659,9	85,4	246,7	388,8	57,6	458,3	721,8	57,5	1.980	1.683	-15,0
Brasil	657,5	879,9	33,8	305,8	414,4	35,5	568,2	769,7	35,5	1.329	1.346	1,3

Fonte: Conab/Didem.

A produtividade refere-se ao algodão em caroço.

lo e Mato Grosso do Sul também tiveram prejuízos causados por esses problemas), resultando em uma produtividade média em torno de 1.370kg/ha, abaixo da safra passada e aquém das previsões.

Em Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro, que teve problemas semelhantes aos de Goiás, o aumento de aproximadamente 47% da área plantada de uma safra para outra teve pouco efeito em termos de produtividade. No Nordeste, a estiagem afetou a lavoura do algodão como um todo, especialmente na Bahia, onde a área dedicada à cultura é bem extensa. No Mato Grosso as perdas foram pequenas e a produtividade manteve-se em torno de 2.450kg/ha.

Em termos de Brasil, a variação foi pouco significativa: a produtividade média desta safra evoluiu cerca de 1,3% em relação à anterior.

A decisão de aumentar a área foi também influenciada pelos bons preços recebidos pelos produtores na safra 1996/97, que não se repetiram na safra atual. Produtores que comercializaram o algodão sem utilizar os instrumentos do governo receberam menos que o preço mínimo. Um dos principais motivos para os preços baixos foi a retração da demanda dos consumidores da fibra na indústria têxtil. O governo está interferindo no mercado do algodão para evitar a redução dos preços abaixo do mínimo.

Intervenções

Dentre os instrumentos utilizados pelo governo estão o Programa de Escoamento de Produto (PEP), os Empréstimos do Governo Federal (EGFs) e as Aquisições do Governo Federal (AGFs). Nos dois últimos, o governo adquire o algodão dos produtores, pagando o preço mínimo. O produto é transformado em estoque e leiloado em período posterior.

O instrumento mais utilizado pelo governo tem sido o PEP, usado para evitar a acumulação de estoques. Assim, o governo paga um prêmio para que as indústrias comprem o produto. O valor do prêmio era de R$2,96/@ e passou para R$2/@ no fim de julho.

Em termos de volume comercializado, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) obteve, até o final de julho último, aproximadamente 28,8 mil toneladas por meio das AGFs e 5,2 mil toneladas através dos EGFs. No caso do PEP, foram comercializadas 99,8 mil toneladas, completando um total de 133,8 mil, equivalentes a 32,2% do total produzido. Paraná e Mato Grosso tiveram maior participação nesse programa. Goiás usou mais o AGF e o EGF em decorrência dos problemas climáticos, que prejudicaram a qualidade do algodão e reduziram sua aceitação por parte das indústrias nos leilões do PEP.

Segundo analistas do mercado, as previsões indicam redução da área do Paraná com o cultivo do algodão em cerca de 50% e expansão no Centro-Oeste, com especial destaque para o Mato Grosso. Em Goiás, é provável que os agricultores reduzam o tamanho da área, devido aos prejuízos sofridos na safra atual, fato que gerou o endividamento de muitos produtores. No cômputo final, provavelmente, não haverá grandes alterações com respeito à área total, pois a diminuição em uma região compensará o aumento em outra. Outro aspecto que não deve ser descartado, especialmente no Paraná, são as políticas estaduais voltadas à cotonicultura que poderão influenciar de forma considerável as decisões de produção.

E-mail: daniela@fgv.br

CONJUNTURA DO AGRIBUSINESS

DÍVIDA AGRÍCOLA

Fazendo justiça

RICARDO ALFONSIN

Tribunal manda devolver cobranças indevidas feitas aos produtores rurais durante a vigência do Plano Collor.

Logo após o encerramento da CPMI do Endividamento Agrícola, em 1994, ao constatar que havia sido aplicado indevidamente à dívida dos produtores em março de 1990 o índice de 84,32%, quando o correto seria 41,28%, o Ministério Público Federal, representado pelos procuradores Wagner Gonçalves, José Elaeres Teixeira e Luiz Augusto Lima, que acompanharam os trabalhos da comissão, ingressou com ação civil pública, com assistência da Sociedade Rural Brasileira e da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) e pleiteou o estorno do índice e a devolução dos valores cobrados indevidamente.

No início deste ano o juiz da Terceira Vara Federal de Brasília, Sebastião Fagundes de Deus, julgou procedente a ação, determinando a expedição de ofício ao Banco do Brasil para que fosse cumprida a sentença, e feito o recálculo dos respectivos débitos com a alteração dos índices, "bem como devolver aos mutuários que quitaram seus financiamentos pelo percentual maior a diferença entre os índices mencionados, em

